

# Habeas data

## 2ª Região 100% eletrônica

Os trabalhos para a virtualização da Justiça Federal da 2ª Região – e especificamente, do TRF2 – seguem em ritmo acelerado. A expectativa da comissão criada pela Portaria nº 997, assinada pelo presidente do TRF2, desembargador federal Paulo Espírito Santo, no dia 3 de novembro, é de que a Corte conte com a estrutura e os instrumentos suficientes para ter o processo 100% eletrônico já em julho de 2010. O documento determina a prioridade para a implantação do processo digital nas primeira e segunda instâncias e nomeia servidores da área de tecnologia da informação e da área jurisdicional para tocar os preparativos necessários com esse fim.

E não é pouco o que tem de ser feito: independente das adequações e do desenvolvimento de recursos logísticos e operacionais que a iniciativa exige, o processo digital demanda ajustes nos critérios, na própria filosofia do processo judicial. Cautela, nesse caso, é uma exigência inquestionável, tanto quanto não se discute que eventuais falhas no sistema terão como maior prejudicado o cidadão que busca a Justiça.

Por exemplo: a digitalização dos processos iniciados em papel nada mais é se não o uso de um scanner para transformar cada página em imagem no formato de arquivo pdf. Só que a imagem não permite a busca de palavras ou expressões no texto. Quando se pensa em um processo com centenas, milhares de folhas, está aí uma questão a ser discutida, considerando que a localização de um despa-

cho, sentença ou citação específica pode se tornar muito difícil sem o recurso da busca textual.

Outros pontos, entre os muitos que podem servir de exemplo, são o armazenamento dos dados (um processo digitalizado de 400 páginas chega a ocupar 35 megabytes), a gestão documental (o que fazer com os autos em papel, após eles terem sido digitalizados?), as novas rotinas de trabalho que envolverão a própria digitalização dos processos e a posterior conferência do material digitalizado, as questões legais referentes à exigência e à validação das assinaturas digitais (será necessário contratar um dos chamados assinadores digitais que atendam às normas da ICP-Brasil, Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, que emite certificados eletrônicos e é mantida pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, autarquia federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República), bem como as mudanças nos procedimentos ditos cartorários.

Ou seja, para cada inovação que o processo digital assegura, o desenvolvimento de novos programas, a adaptação, inclusão ou eliminação de procedimentos, e até o lançamento de novos serviços deverão ter lugar, sejam eles planejados e desenvolvidos pelas equipes técnicas da casa, sejam adquiridos ou contratados de terceiros. E isso a bem de que as expectativas da sociedade sejam atendidas plenamente: as de que o processo virtual garantirá mais transparência e celeridade à prestação jurisdicional.

**Presidente**  
Desembargador federal PAULO ESPIRITO SANTO  
**Vice-Presidente**  
Desembargadora federal VERA LÚCIA LIMA  
**Corregedor-Regional**  
Desembargador federal SÉRGIO SCHWARTZER  
**Diretor Geral**  
Luiz Carlos Carneiro da Paixão



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**Assessora de Comunicação Social**  
Ana Sofia Brito Gonçalves

**Redação**  
André Camodego e Marcelo Ferraz

**Editoração**  
Divisão de Produção Gráfica e Editorial - DIGRA/SED

**Projeto Gráfico**  
Renata Möller (DIGRA/SED)

**Revisão**  
André Camodego

# Processo eletrônico já está em mais da metade dos órgãos julgadores

Entre novembro e dezembro de 2009, as quatro varas federais especializadas em matéria previdenciária do município do Rio de Janeiro, bem como as Varas Federais de Angra dos Reis, Barra do Piraí, Nova Friburgo, Macaé e as duas de Petrópolis, todas no interior do Estado e também a 4ª Vara Federal Cível de Vitória, foram transformadas em varas virtuais. Isso significa que, agora, da petição inicial à sentença, os processos que forem iniciados nessas unidades dispensam o papel e ficam imediatamente disponíveis para consulta nos sites da Justiça Federal fluminense ([www.jfrj.jus.br](http://www.jfrj.jus.br)) e capixaba ([www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br)).

Esse rápido avanço na informatização dos órgãos julgadores aproxima a Justiça Federal da 2ª Região da conclusão – antecipada – de uma das dez metas fixadas a partir de acordo firmado em um encontro dos presidentes dos tribunais brasileiros em Belo Horizonte, em fevereiro de 2009. A proposta encampada conjuntamente é que sejam informatizadas e automatizadas todas as unidades judiciárias do país. O mesmo objetivo vem sendo perseguido pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), que fixou prazo em 2010 para a informatização completa do Judiciário Federal de primeiro e segundo graus.

Até agora, 80, ou quase 63%, dos 127 órgãos jurisdicionais (incluindo varas, juizados e turmas recursais) da 2ª Região já são virtuais. Na capital fluminense, já tramitam os processos eletrônicos em todos os juizados especiais, nas turmas recursais (que julgam, em segunda instância, as ações iniciadas nos juizados), nas varas especializadas em execução fiscal, nas varas mistas que trabalham com processos de juizados e de execução fiscal (nessas varas, apenas os processos cíveis e criminais ainda não são eletrônicos), nas varas de propriedade industrial e, agora, nas varas previdenciárias. Entre as varas cíveis, a primeira a assumir esse novo formato é a de Resende, no sul do Estado. Lá, todo o acervo, inclusive os processos que iniciaram em papel, foi digitalizado.

Além disso, o cronograma da 2ª Região prevê que as demais varas cíveis e as criminais da capital do Rio de Janeiro migrem para o processo eletrônico a partir de janeiro – e até o final do primeiro semestre - de 2010. Vale lembrar que nessas varas as sentenças, decisões, e documentos como ofícios e mandados já são expedidos eletronicamente. No interior do Estado, a programação inclui a virtualização de todas as varas, independente da eventual especialização, até meados de 2010 (veja tabela na página 4).

No Espírito Santo, além de, também, os juizados especiais, turmas recursais e varas de execução fiscal já serem eletrônicos, bem como de já ter sido iniciada a virtualização das varas previdenciárias, a primeira vara cível eletrônica começará a operar a partir de 7 de dezembro de 2009. E a exemplo do que ocorre no Rio de Janeiro, as demais varas cíveis e as criminais migrarão para o processo eletrônico em 2010. Ainda, igualmente como ocorre na Justiça Federal fluminense, as cíveis e criminais do Estado vizinho já contam com a expedição de sentenças, decisões, despachos, ofícios, mandados e outros atos processuais em formato eletrônico. Os processos eletrônicos que tramitam na Justiça Federal capixaba podem ser consultados pelo site [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br).



# Tecnologia a serviço da Justiça

A criação do processo judicial eletrônico é o ponto alto das muitas inovações tecnológicas que, há anos, vem sendo introduzidas nos serviços prestados pela Justiça Federal da 2ª Região. Confira algumas.

**Precatórios Eletrônicos** - O sistema de precatórios eletrônicos do TRF2 começou a funcionar em outubro de 2002 e foi eleito por especialistas convocados pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) como a mais relevante inovação tecnológica da Justiça Federal daquele ano. O sistema informatizado interliga a Corte às Seções Judiciárias fluminense e capixaba. Todo o processamento das dívidas judiciais passou a ser on line.

**Intimação pela Internet** - Em janeiro de 2004, o TRF2 inaugurou o sistema de autointimação eletrônica, que permite aos advogados utilizar a internet para tomar ciência, oficialmente, dos despachos e decisões proferidas pelos juízes federais nos processos. O sistema garante uma economia expressiva de tempo e dinheiro, tanto para os advogados quanto para a própria Justiça Federal. Simples, rápido e seguro, o instrumento está disponível em toda a Justiça Federal de 1º grau fluminense e capixaba.

**Portal de estatísticas da 2ª Região** - Desde julho de 2009, informações como o número de processos judiciais distribuídos e em tramitação e até o total de causas que aguardam julgamento há mais de dois anos estão ao alcance de um clique do mouse de todo cidadão que queira acompanhar de perto a atuação do TRF2. Ao tornar disponível o seu portal de estatísticas em sua página na internet, o tribunal sediado no Rio de Janeiro é o primeiro a atender à Resolução nº 57, de maio de 2009, do Conselho da Justiça Federal (CJF), que, justamente, determina a publicidade dos dados estatísticos dos cinco TRFs do país na internet.

**Encaminhamento de processos virtuais aos tribunais superiores** - Em agosto de 2009, o tribunal inaugurou a sua Sala de Digitalização e Remessa Eletrônica de Recursos. Com isso, o tribunal está apto a transformar processos com recursos especiais (para o Superior Tribunal de Justiça) ou extraordinários (para o Supremo Tribunal Federal) em autos virtuais.

**Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região** - Economia anual de R\$ 820 mil - Desde novembro de 2009, os cidadãos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo contam com um novo veículo de informação das decisões judiciais e das medidas administrativas da Justiça Federal. O Diário Eletrônico da Justiça Federal da Segunda Região, o e-DJF2R chegou prometendo uma economia para os cofres públicos de aproximadamente R\$ 820 mil anuais. O valor corresponde aos gastos que o TRF2 e as Seções Judiciárias fluminense e capixaba tinham com assinaturas e com publicações nos jornais oficiais.



Na inauguração da sala, os presidentes do TRF2, Paulo Espírito Santo, e do CJF/STJ, César Asfor Rocha



Fotos: Erika Vettorazzo

# Virtualização. para quê?

Entre as muitas vantagens do processo virtual, além da facilidade de consulta dos autos, está a simplificação dos procedimentos, o que garante economia para os cofres públicos, redução do impacto ambiental que os processos em papel (normalmente com centenas ou milhares de páginas) causa e, principalmente, agilidade para os jurisdicionados. Isso porque a digitalização de todas as peças processuais e a sua disponibilização na Internet permitem um ganho efetivo no tempo de processamento. Um exemplo é o fato de que, com a criação das varas eletrônicas, os servidores da Justiça são dispensados de várias atividades burocráticas para realizar atos processuais mais complexos. Outro exemplo é que o sistema permite a vista simultânea dos autos

pelos partes. Em outros termos, não é mais preciso que o juiz conceda prazos para que uma parte após a outra retire o material para consulta, inovação que, conseqüentemente, também contribui para reduzir o tempo de tramitação do processo.

Como afirma o presidente do TRF2, desembargador federal Paulo Espírito Santo, mais do que uma evolução, a virtualização supre uma necessidade da Justiça Federal, causada pelo aumento constante da demanda por parte dos cidadãos: "Em 1970, éramos cerca de 70 milhões de brasileiros. Passados apenas 40 anos, somos quase 200 milhões. Precisamos da tecnologia, da criatividade e de muita disposição para o trabalho, para darmos conta dessa demanda que não para de crescer".

## CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO PROCESSO DIGITAL NAS VARAS FEDERAIS

### RIO DE JANEIRO

LOCAL	VARA FEDERAL	IMPLANTAÇÃO
ITABORAÍ	1ª VF	11-JAN-10
MAGÉ	1ª VF	
NITERÓI	1ª VF	18-JAN-10
NITERÓI	2ª VF	
NITERÓI	3ª VF	25-JAN-10
NITERÓI	4ª VF	
CAMPOS DOS GOYTACAZES	1ª VF	01-FEV-10
CAMPOS DOS GOYTACAZES	2ª VF	
SÃO GONÇALO	1ª VF	08-FEV-10
SÃO GONÇALO	2ª VF	
SÃO JOÃO DE MERITI	3ª VF	22-FEV-10
SÃO JOÃO DE MERITI	4ª VF	
SÃO JOÃO DE MERITI	5ª VF	01-MAR-10
SÃO PEDRO DA ALDEIA	1ª VF	
ITAPERUNA	1ª VF	08-MAR-10
TERESÓPOLIS	1ª VF	
TRÊS RIOS	1ª VF	15-MAR-10
VOLTA REDONDA	1ª VF	
VOLTA REDONDA	3ª VF	26-ABR-10
VOLTA REDONDA	4ª VF	
CAPITAL	1ª VF	26-ABR-10
CAPITAL	2ª VF	
CAPITAL	3ª VF	03-MAI-10
CAPITAL	5ª VF	
CAPITAL	6ª VF	03-MAI-10
CAPITAL	7ª VF	
CAPITAL	8ª VF	03-MAI-10
CAPITAL	10ª VF	

LOCAL	VARA FEDERAL	IMPLANTAÇÃO
CAPITAL	11ª VF	03-MAI-10
CAPITAL	12ª VF	
CAPITAL	13ª VF	10-MAI-10
CAPITAL	14ª VF	
CAPITAL	15ª VF	10-MAI-10
CAPITAL	16ª VF	
CAPITAL	17ª VF	17-MAI-10
CAPITAL	18ª VF	
CAPITAL	19ª VF	17-MAI-10
CAPITAL	20ª VF	
CAPITAL	21ª VF	24-MAI-10
CAPITAL	22ª VF	
CAPITAL	23ª VF	24-MAI-10
CAPITAL	24ª VF	
CAPITAL	26ª VF	24-MAI-10
CAPITAL	27ª VF	
CAPITAL	28ª VF	5-JUL-10
CAPITAL	29ª VF	
CAPITAL	30ª VF	12-JUL-10
CAPITAL	1ª VF CRIMINAL	
CAPITAL	2ª VF CRIMINAL	5-JUL-10
CAPITAL	3ª VF CRIMINAL	
CAPITAL	4ª VF CRIMINAL	12-JUL-10
CAPITAL	5ª VF CRIMINAL	
CAPITAL	6ª VF CRIMINAL	19-JUL-10
CAPITAL	7ª VF CRIMINAL	
CAPITAL	8ª VF CRIMINAL	19-JUL-10
CAPITAL	9ª VF CRIMINAL	

### ESPÍRITO SANTO

LOCAL	VARA FEDERAL	IMPLANTAÇÃO
VITÓRIA	5ª CÍVIL	25-JAN-10
VITÓRIA	3ª CÍVIL	1-FEV-10
VITÓRIA	1ª CÍVIL	8-FEV-10
VITÓRIA	2ª CÍVIL	22-FEV-10
VITÓRIA	6ª CÍVIL	1-MAR-10
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1ª VF	5-ABR-10

LOCAL	VARA FEDERAL	IMPLANTAÇÃO
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2ª VF	12-ABR-10
LINHARES	VARA ÚNICA	19-ABR-10
COLATINA	VARA ÚNICA	3-MAI-10
SÃO MATEUS	VARA ÚNICA	17-MAI-10
VITÓRIA	1ª VF CRIMINAL	31-MAI-10
VITÓRIA	2ª VF CRIMINAL	7-JUN-10